

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

REFORMA DA PRAÇA DO CRUZEIRO:
FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA
REFORMA DA PRAÇA
DEMOLIÇÃO
MOVIMENTO DE TERRA
PISO
PAISAGISMO
NOVAS ESTRUTURAS
ESCADAS/ RAMPA/GUARDA-CORPO
EXTRAS
BANCOS ARBORIZADOS
REFORMA DO PONTO TURÍSTICO E CANTEIRO
DEMOLIÇÃO
PISO
PAISAGISMO
NOVAS ESTRUTURAS
EXTRAS
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRAÇA E PONTO TURÍSTICO

Francisco Santos/PI, Abril de 2026

SUMÁRIO

1. Informações Básicas do ETP
2. Objeto
3. Descrição da Necessidade da Contratação
4. Descrição dos Requisitos da Contratação
5. Área Requisitante
6. Levantamento de Mercado
7. Descrição da Solução como um Todo
8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas
9. Estimativa do Valor da Contratação
10. Justificativa para Parcelamento ou Não do Objeto
11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes
12. Alinhamento entre Plano Anual de Contratações e o Planejamento
13. Providências a Serem Adotadas pela Administração Previamente à celebração do Contrato
14. Descrição de Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras
15. Declaração de Viabilidade (ou não) da Contratação
16. Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação
17. Garantia de Execução
18. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos
19. Considerações Finais
20. Indicação dos Gestores e Fiscais de Contratos
21. Responsável pela Elaboração do ETP

Estudo Técnico Preliminar 019/2026

1. Informações Básicas do ETP

1.1. Número do processo: 036/2026 - UASG: 981083.

1.2. Este documento abaixo redigido apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), sendo este, o marco inicial para o planejamento da contratação de empresa especializada na execução de serviços de reforma e demais itens que compõe o referido processo de ampliação dos serviços de engenharia constantes neste documento, e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, embasar o Termo de Referência (TR) e suprir os interesses do Município de Francisco Santos/PI.

Órgão: Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI – CNPJ: 06.553.713/0001-69.

1.3. Categoria do ETP: Serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia.

1.4. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para reforma de praça do cruzeiro, ponto turístico e canteiro, localizado na Avenida Chagas Rodrigues (PI-228), na zona urbana do município de Francisco Santos – PI, incluso o fornecimento de material e mão de obra, em quantidades e especificações conforme detalhado em projeto, memorial descritivo e também conforme planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

1.5. Localização da obra/serviço:



[https://www.google.com/maps/@-6.9953174,-](https://www.google.com/maps/@-6.9953174,-41.1332798,200m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&q_ep=EgoyMDI2MDQxNS4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D)

[41.1332798,200m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&q_ep=EgoyMDI2MDQxNS4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D](https://www.google.com/maps/@-6.9953174,-41.1332798,200m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&q_ep=EgoyMDI2MDQxNS4wKXMDSoASAFQAw%3D%3D)

2. Objeto

2.1. Trata-se de estudo técnico preliminar solicitado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Francisco Santos – PI, a fim de subsidiar a **contratação de empresa de engenharia especializada para reforma de praça do cruzeiro, ponto turístico e canteiro, no município de Francisco Santos/PI**, conforme condições e exigências a serem estabelecidas no Termo de Referência e Contrato.

3. Descrição da Necessidade da Contratação

- 3.1. Tratam os presentes autos de procedimento administrativo, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para reforma da Praça Pública do Cruzeiro localizada no município de Francisco Santos-PI.
- 3.2. É dever da gestão municipal manter a estrutura pública em boas condições de conservação, funcionamento e condizente com as demandas da atualidade. Para isso é necessária a adoção de ações de modernização e melhoramento da estrutura das praças do município visando proporcionar uma qualidade de vida cada dia melhor para atender a sociedade usuária.
- 3.3. Executar serviços de engenharia com vistas a modernizar as praças públicas do município posto que a demanda por tais intervenções tem aumentado proporcionalmente igual a expansão dos usuários. O objetivo é realizar de forma ágil e eficiente os serviços demandados, proporcionando as melhores condições de infraestrutura, consequentemente o melhor funcionamento das atividades dependentes da modernização dos espaços de lazer e turismo, bem como ampliar, reformar e realizar serviços de engenharia adequados para manutenção da estrutura da praça construída.
- 3.4. A Praça do Cruzeiro encontra-se em más condições, com equipamentos e instalações danificados, situação agravada pelos estragos causados pela as Intempéries, o que compromete a experiência de moradores e turistas e reduz a atratividade do espaço público.
- 3.5. A revitalização das praças visa qualificar os espaços de lazer e prática esportiva, fortalecendo o turismo, ampliando as opções de lazer, incentivando eventos esportivos e culturais e contribuindo para a movimentação da economia local, consolidando o município como destino acolhedor e voltado ao bem-estar.
- 3.6. A execução desses serviços também se alinha aos objetivos de fomentar a inclusão social, a prática de atividades físicas e o fortalecimento do convívio comunitário, uma vez que a praça será um ponto de encontro e lazer para pessoas de todas as idades. Dessa forma, a continuidade da obra na sua segunda etapa é de extrema importância para atender as necessidades da população e completar a proposta inicial da praça como um espaço público multifuncional.
- 3.7. Diante disso, faz-se necessário a contratação de empresa especializada para a realização das obras de engenharia propostas. Almeja-se com a contratação, eliminar a necessidade de constantes reparos sem os resultados esperados, além de evitar inúmeros, trabalhosos e caros processos licitatórios para a realização dos serviços necessários, que aumentam os custos e retardam a execução dos serviços.
- 3.8. A presente licitação será realizada por meio de Concorrência, na forma Eletrônica, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comuns e de obras e serviços comuns de engenharia, de que trata a [Lei Federal nº 14.133/2021](#) e [Decreto Municipal nº 019/2023](#), por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio de pregão. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Os bens têm natureza de bens comuns e de obras e serviços comuns de engenharia, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do [art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Concorrência Eletrônica. Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Concorrência Eletrônica e julgamento por Menor Preço. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

- 4.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos [artigos 6º, inciso XXXVIII, 17º, § 2º, e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 4.3. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais; [Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966](#), que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- 4.4. [Lei nº 12.378/2010](#) regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- 4.5. [Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977](#), que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura;
- 4.6. [Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002](#), que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 4.7. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.
- 4.8. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.9. Em se tratando dos requisitos da contratação da empresa, ela se dará pelo licitante que preencha as condições legais de documentação jurídica, trabalhista, fiscal, social, técnica e econômico-financeira, e demais requisitos conforme edital.
- 4.10. As licitantes devem cotar em suas propostas, bem, como executar os serviços com qualidade, e de acordo com as descrições apresentadas de cada item do projeto de engenharia.
- 4.9. Entendemos, portanto, que a contratação nos presentes termos, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI, no que tange às exigências. Trata-se de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia, a ser contratado mediante licitação, na modalidade Concorrência em sua forma Eletrônica.

5. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral – SEGOV	Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho

6. Levantamento de Mercado

6.1. Alternativas possíveis: Considerando que contratação se trata de prestação de serviços de engenharia, e que a administração pública não dispõe de equipamentos e mão de obra qualificada para tal atividade, entende-se que a melhor solução para a obra a ser realizada é a modalidade de licitação. Foram considerados:

- ✓ **Execução direta:** inviável pela ausência de equipe própria e estrutura municipal para assumir simultaneamente serviços de engenharia, alvenaria, elétrica, pisos e paisagismo.
- ✓ **Parcerias com entidades sem fins lucrativos:** inadequadas por se tratar de obra de revitalização de bem público com múltiplos tipos de serviços, exigindo licitação de obra/serviço de engenharia.
- ✓ **Contratação de empresa privada por licitação:** mais vantajosa, pois concentra responsabilidade técnica, permite melhor planejamento físico-financeiro e favorece economia de escala na aquisição de materiais e execução dos serviços.

6.2. **Justificativa da escolha:** A escolha da modalidade “Concorrência na sua forma Eletrônica” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem

os requisitos mínimos de qualificação exigidos para a execução do objeto a ser licitado, contido na [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#).

6.3. No caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação.

6.4. Assim, foi elaborado pelo departamento de engenharia responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde foram discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação, projeto básico e plantas.

6.5. A Concorrência Eletrônica caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no [art. 28, inciso II, pela Lei Federal nº 14.133/2021](#), como adequada para a contratação de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme o [art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021](#). Na Concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

6.6. Para a escolha da modalidade apropriada, na fase de planejamento, deve-se considerar a aplicação da concorrência sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se aplicará o pregão às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

6.7. Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SEINFRA-CE 028 SEM DESONERAÇÃO, SINAPI/PI-2026/02 SEM DESONERAÇÃO, ORSE-26/01, SEINFRA 028 - CEARÁ e COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS, conforme [Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013](#) e publicação “Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU”.

7. Descrição da Solução como um Todo

7.1. A solução para a Execução do Projeto de Reforma da Praça do Cruzeiro na Zona Urbana do Município de Francisco Santos – PI, conforme projeto anexo ao edital, abrange uma série de atividades e etapas que visam garantir a entrega de uma praça que atenda aos requisitos técnicos e à demanda da comunidade local. A seguir, é feita uma descrição detalhada dos componentes dessa solução:

- ✓ **1. Preparações Iniciais:** Envolvem a limpeza do terreno, a nivelção do solo e a preparação do subleito para receber as demais estruturas. Isso inclui a remoção de entulhos, resíduos e vegetações indesejadas presentes na área de construção.
- ✓ **2. Paisagismo e Arborização:** Paisagismo e Arborização: Envolve o plantio de espécies nativas e ornamentais, criação de áreas verdes onde podem haver canteiros floridos, distribuição de árvores e arbustos em pontos estratégicos para proporcionar sombra e melhorar a qualidade do ar. Será dado especial ênfase conforme as medidas mitigadoras dos impactos ambientais previamente mencionados.
- ✓ **3. Equipamentos Urbanos:** Equipamentos Urbanos: Inclui a instalação de lixeiras, postes de iluminação LED de baixo consumo e outros mobiliários urbanos que trazem conforto e funcionalidade para os usuários da praça.
- ✓ **4. Sistema de Iluminação:** Sistema de Iluminação: Implementação de um sistema de iluminação e/ou sustentável, utilizando lâmpadas LED para garantir segurança e visibilidade durante a noite, com foco na redução do consumo energético.

- ✓ **5. Sustentabilidade:** Sustentabilidade: Adoção de práticas sustentáveis como o uso de materiais recicláveis e ecoeficientes, instalação de sistemas de captação de água da chuva e estruturas que promovam a economia de recursos hídricos e energéticos.
- 7.2. Considerando jurisprudências acerca da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação pautou-se nos princípios da eficiência, economicidade e interesse público. A escolha por esta solução se deve ao fato de ela representar a alternativa mais adequada disponível no mercado, considerando a necessidade de revitalização urbana e os benefícios diretos aos munícipes de Francisco Santos-PI.
- 7.3. No que diz respeito à execução, será assegurado um acompanhamento rigoroso por parte de engenheiros especializados, garantindo a aplicação eficiente e precisa de obra. A utilização de tecnologias modernas e materiais de alta qualidade será priorizada para assegurar uma reforma duradoura e resistente às condições climáticas locais.
- 7.4. Além disso, o plano incorpora cláusulas específicas referentes à manutenção e assistência técnica. Será estabelecido um cronograma regular de inspeções para avaliar a integridade do complexo turístico, com a realização de reparos pontuais sempre que necessário. Mecanismos eficientes de resposta a emergências serão implementados para garantir a rápida resolução de eventuais problemas, minimizando impactos na circulação e na segurança da praça.
- 7.5. A transparência e a participação da comunidade serão promovidas ao longo de todo o processo, com canais de comunicação abertos para receber feedbacks e relatar qualquer necessidade de manutenção. Dessa forma, a solução proposta para a reforma do espaço não se restringe à aplicação de materiais e mão de obra, mas engloba uma gestão abrangente que visa garantir a durabilidade, a segurança e a satisfação duradoura dos munícipes com a infraestrutura da praça pública do município.
- 7.6. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – [Lei Nº 8.078/1990](#).
- 7.7. O Município poderá dar início aos serviços comuns de engenharia assim que o processo de compra for finalizado respeitando os prazos legais pré determinados em editais.
- 7.8. O prazo para início dos serviços será de até 05 dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços, tendo em vista a necessidade do início da obra.
- 7.9. A realização dos serviços descritos no objeto é o que melhor atende à necessidade e está incorporado nesta solução. A execução, está totalmente definido no cronograma de execução do objeto.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A demanda prevista é resultado do programa de necessidades estabelecido, após terem sido levantamentos os serviços detalhados e as quantidades dos mesmos, através da elaboração dos projetos técnicos, somado ao memorial descritivo, resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação.

8.2. Resumo geral das quantidades levantadas:

Planilha Orcamentária Resumida

Item	Descrição	Quantidade	Total	Peso%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	1	41.636,26	10,15 %
2	REFORMA DA PRAÇA	1	31.2158,49	76,12 %
3	REFORMA DO PONTO TURÍSTICO E CANTEIRO	1	14.741,09	3,59 %
4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRAÇA E PONTO TURÍSTICO	1	41.559,59	10,13 %
			Total sem BDI	325.411,99
			Total do BDI	84.683,44
			Total Geral	410.095,43

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. O valor estimado da contratação dos serviços comuns de engenharia é de **R\$ 410.095,43** (quatrocentos e dez mil, noventa e cinco reais e quarenta e três centavos) e um prazo previsto de 10 (dez) meses para a conclusão dos serviços de engenharia.

9.2. A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. Também foi utilizado a base de dados da tabela ORSE e SEINFRA-CE 028 SEM DESONERAÇÃO, e Composições Própria para compor a precificação do preço.

9.3. Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

9.4. Os custos de execução, apresentados em planilha orçamentária, foram elaborados pela equipe técnica de engenharia devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que compõe a documentação do Projeto Básico, Projeto Executivo e no Termo de Referência a ser elaborado.

9.5. Cronograma Físico-Financeiro:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS
ENDEREÇO: PRAÇA LICÍNIO PEREIRA, 24 - BAIRRO: CENTRO - CEP: 64645000 -
FRANCISCO SANTOS/PI
CNPJ: 06.553.713/0001-69
TELEFONE: (89) 98100-9569

Obra: REFORMA DE PRAÇA, PONTO TURÍSTICO E CANTEIRO NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS
Bancos: SINAPI - 02/2026 - Piauí
ORSE - 02/2026 - Sergipe
SEINFRA - 028 - Ceará
B.D.I.: 26,03%
Encargos Sociais: Desonerado: 0,00%; Horista: 97,96%; Mensalista: 58,91%

Cronograma Físico e Financeiro												
Item	Descrição	Total Por Etapa	30 DIAS	60 DIAS	90 DIAS	120 DIAS	150 DIAS	180 DIAS	210 DIAS	240 DIAS	270 DIAS	300 DIAS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	100,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
		41.636,26	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63	4.163,63
2	REFORMA DA PRAÇA	100,00%	5,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	5,00%
		312.158,49	15.607,92	31.215,85	31.215,85	31.215,85	62.431,70	31.215,85	31.215,85	31.215,85	31.215,85	15.607,92
3	REFORMA DO PONTO TURÍSTICO E CANTEIRO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
		14.741,09					2.948,22	2.948,22	2.948,22	2.948,22	1.474,11	1.474,11
4	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PRAÇA E PONTO TURÍSTICO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
		41.559,59				4.155,96	4.155,96	4.155,96	8.311,92	8.311,92	8.311,92	4.155,96
Porcentagem			4,82%	8,63%	8,63%	9,64%	17,97%	10,36%	11,37%	11,37%	11,01%	6,19%
Custo			19.771,55	35.379,47	35.379,47	39.535,43	73.699,50	42.483,65	46.639,61	46.639,61	45.165,50	25.401,61
Porcentagem Acumulado			4,82%	13,45%	22,08%	31,72%	49,69%	60,05%	71,42%	82,79%	93,81%	100,00%
Custo Acumulado			19.771,55	55.151,02	90.530,49	130.065,92	203.765,42	246.249,07	292.888,68	339.526,29	384.693,79	410.095,43

10. Justificativa para Parcelamento ou Não do Objeto

10.1. Nos termos do [art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021](#), as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.2. A opção por não viabilizar o parcelamento das atividades da solução proposta se fundamenta em considerações práticas, financeiras e estratégicas, visando assegurar a eficácia e a fluidez na implementação do projeto.

10.3. Do ponto de vista prático, parcelar as atividades poderia resultar em complexidades logísticas e administrativas, fragmentando a execução e dificultando a supervisão adequada. A integridade e a sincronia das diversas etapas da solução são cruciais para assegurar resultados otimizados, evitando possíveis interrupções e inconsistências no processo, para tanto se faz necessário que uma única empresa seja a executora da obra.

10.4. Sob a perspectiva financeira, a fragmentação das atividades pode acarretar custos adicionais, seja pela aplicação de taxas de juros ou pela potencial elevação de preços de insumos ao longo do tempo. A realização integral das atividades propostas permite uma gestão mais eficiente dos recursos, potencialmente resultando em economias e benefícios financeiros para o projeto como um todo.

10.5. Além disso, a estratégia de não parcelar as atividades está alinhada com a busca por resultados contínuos e impactantes. A implementação integral do plano permite uma avaliação mais precisa do progresso, facilitando ajustes ágeis e a adaptação a eventuais desafios, proporcionando uma gestão mais dinâmica e eficiente.

10.6. Em resumo, a não viabilização do parcelamento das atividades da solução baseia-se na necessidade de assegurar a coesão e efetividade do projeto, evitando complicações logísticas, garantindo uma gestão financeira otimizada e promovendo uma abordagem estratégica que prioriza a eficiência na consecução dos objetivos propostos.

10.7. O não parcelamento das obras é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos com a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

10.8. Ressalta-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e final de entrega da obra. Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No contexto atual, o município em questão apresenta uma dinâmica administrativa eficiente e bem estruturada, o que reflete diretamente na sua capacidade de gerenciamento e na otimização dos recursos disponíveis. Diante desse cenário, torna-se evidente a constatação de que não há, no momento, a necessidade premente de contratação de serviços correlatos ou interdependentes para complementar o referido processo licitatório.

11.2. A gestão municipal demonstra uma abordagem cuidadosa na alocação de recursos, priorizando a eficácia e a economicidade. Os setores existentes são gerenciados de maneira integrada, promovendo a sinergia entre as diversas áreas da administração pública. Tal abordagem favorece a maximização dos resultados, eliminando redundâncias e promovendo a eficiência operacional.

11.3. A equipe técnica e administrativa do município demonstra competência na execução de suas atribuições, resultando em uma estrutura coesa e capaz de atender às demandas da população de maneira satisfatória. A ausência de lacunas operacionais significativas e a manutenção de um quadro de servidores capacitados contribuem para a continuidade do funcionamento eficiente dos serviços prestados à comunidade.

11.4. Portanto, diante da atual estrutura organizacional e da competência demonstrada pela administração municipal, não se vislumbra, neste momento, a imprescindibilidade de novas contratações correlatas ou interdependentes. O enfoque na otimização dos recursos existentes e na valorização dos profissionais já

integrados à equipe reflete a responsabilidade e a eficácia da gestão municipal, promovendo um ambiente estável e sustentável para o desenvolvimento local.

11.5. Durante a etapa de planejamento da contratação, foi definido que a adjudicação do objeto será feita a uma única empresa vencedora, uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado.

12. Alinhamento entre Plano Anual de Contratações e o Planejamento

12.1. As instituições e órgãos da Administração Pública têm o dever de alinhar suas propostas de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratações desalinhadas com os objetivos estabelecidos e gastos em iniciativas poucas produtivas para a organização. Por isso que a administração pública municipal deve ter planos institucionais que demonstre quais são os seus objetivos, metas e iniciativas que desejam desenvolver no médio prazo, pois estes servirão de base para as contratações realizadas pelos departamentos de administração, principalmente voltada aos serviços comuns de engenharia.

12.2. O alinhamento da proposta de contratação foi feito em consonância com o planejamento estratégico da PMFS/PI e os programas, projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos de orçamento do governo municipal (PPA, LDO e LOA). O atual planejamento estratégico da PMFS/PI encontra-se disponível no sítio <https://franciscosantos.pi.gov.br/franciscosantos/portalanoticias>.

12.3. O desempenho dos processos relacionados aos objetivos estratégicos definidos será satisfatório desde que sejam executadas as atribuições institucionais da PMFS/PI. Contratação consta no Plano de gerenciamento da contratação.

12.4. A contratação está de acordo com o Plano Anual de Contratações da Secretaria Municipal de Educação para exercício do ano 2026, conforme o disposto no [art. 176 da Lei nº 14.133/2021](#), passando pelo conhecimento dos gestores superiores, desde esta fase de planejamento, por entender a importância dos serviços para garantir um dos eixos estratégicos do Plano de Gestão 2025-2028, que é Promover infraestrutura física para viabilizar ações de melhoria da qualidade de vida.

12.5. O Plano Anual de Contratações para exercício do ano 2026, foi publicado no PNCP no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, **ID PCA PNCP**, 06553713000169-0-000003/2026, **Unidade**, 981083 - Prefeitura Municipal de Francisco Santos, **Data Publicação no PNCP** em 07/11/2025.

12.6. Identificação do PCA 2026, publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal – DOEMPI no endereço <https://sggp.com.br/doem/visualizar/secao/10119>, item 25 - IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14076B695F2419A, página 103 e na página oficial do município de Francisco Santos – PI, no endereço <https://sts-appm.s3.amazonaws.com/uploads/documentos/b19dfe5b91910f86fe38eb886de6524c.pdf>, item 25 – página 57, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

13. Providências a Serem Adotadas pela Administração Previamente à celebração do Contrato

13.1. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; ([inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021](#)), em especialmente em projetos de infraestrutura como a ampliação, reforma e melhoramento, a administração deve adotar uma série de providências para assegurar o sucesso da execução do contrato, bem, como para garantir a eficiência na fiscalização e gestão contratual. Abaixo estão algumas das providências a serem consideradas:

13.1.1. Estudo Técnico Prévio:

- 13.1.1.1. Realizar um estudo técnico prévio é fundamental para compreender as necessidades específicas da obra. Isso inclui avaliação do tipo de materiais adequados, dimensionamento dos recursos necessários e análise do ambiente escolar.
- 13.1.2. Elaboração de Termo de Referência:
- 13.1.2.1. Desenvolver um Termo de Referência ou Projeto Básico detalhado, que inclua todas as especificações técnicas, prazos, orçamento estimado, e demais informações essenciais para a contratação.
- 13.1.3. Definição de Critérios de Seleção:
- 13.1.3.1. Estabelecer critérios claros e objetivos para a seleção do contratado, seja por meio de licitação ou outro processo seletivo. Transparência e competitividade são essenciais.
- 13.1.4. Capacitação da Equipe Técnica:
- 13.1.4.1. Promover a capacitação dos servidores ou empregados envolvidos na fiscalização e gestão contratual. Isso inclui treinamentos sobre a legislação pertinente, procedimentos técnicos, e aspectos práticos da execução do contrato.
- 13.1.5. Contratação de Profissionais Especializados:
- 13.1.5.1. Quando necessário, considerar a contratação de profissionais especializados para reforçar a equipe de fiscalização, como engenheiros, arquitetos, e técnicos específicos.
- 13.1.6. Definição de Indicadores de Desempenho:
- 13.1.6.1. Estabelecer indicadores de desempenho que permitam avaliar a qualidade da execução do contrato. Esses indicadores podem abranger prazos, qualidade dos materiais, conformidade com normas técnicas, entre outros.
- 13.1.7. Implementação de Sistema de Gestão Contratual:
- 13.1.7.1. Adotar um sistema eficiente para a gestão do contrato, que inclua ferramentas de monitoramento, controle de prazos, registro de ocorrências, e relatórios periódicos.
- 13.1.8. Estabelecimento de Garantias Contratuais:
- 13.1.8.1. Definir as garantias contratuais necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações por parte do contratado, como seguro-garantia, caução, ou outras modalidades previstas em lei.
- 13.1.9. Acompanhamento Contínuo:
- 13.1.9.1. Estabelecer um processo de acompanhamento contínuo da execução do contrato, com visitas técnicas regulares, reuniões de acompanhamento e avaliações periódicas do desempenho do contratado.
- 13.1.10. Comunicação Eficiente:
- 13.2. Ao adotar essas providências, a administração contribui para a eficácia da execução do contrato, minimizando riscos, garantindo a qualidade da obra e otimizando o uso dos recursos públicos. Além disso, a capacitação da equipe de fiscalização e gestão contratual é crucial para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais e para o sucesso global do projeto.
- 13.3. Estabelecer canais eficientes de comunicação entre a administração, a equipe de fiscalização e o contratado, facilitando a troca de informações e a resolução rápida de eventuais problemas.
- 13.4. A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:
- 13.4.1. Designação do fiscal de contrato para o acompanhamento da execução do objeto;
- 13.4.2. Designação do gestor de contrato para o acompanhamento da execução do objeto;
- 13.4.3. Definição de planos de trabalhos com vistas à boa execução do objeto contratado.
- 13.5. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:
- a) elaboração de minuta do edital;
 - b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
 - c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
 - d) elaboração de minuta do contrato;

- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho; e
- l) assinatura e publicação do contrato.

14. Descrição de Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

14.1. Para a execução do projeto da praça na localidade de Aroeiras, no município de Francisco Santos - PI, a Administração Pública deverá considerar e mitigar os possíveis impactos ambientais, conforme previsto na [Lei Federal nº 14.133/2021](#). Esta abordagem não só atende aos princípios de sustentabilidade e desenvolvimento nacional sustentável previstos na legislação, mas também assegura a conformidade com os requisitos normativos e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis. A Administração se compromete a adotar as seguintes medidas mitigadoras:

- ✓ **Medida Mitigadora 1:** Recomposição da vegetação local através do replantio de espécies nativas, em conformidade com as orientações de órgãos ambientais competentes e normas previstas, visando à preservação da flora endêmica e o equilíbrio ecológico da área afetada.
- ✓ **Medida Mitigadora 2:** Se possível implementação de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, que incluirá a separação, reciclagem e destinação correta dos resíduos gerados durante a construção. Esta medida é essencial para minimizar a poluição e promover a reutilização de materiais, conforme os princípios de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos.
- ✓ **Medida Mitigadora 3:** Priorizar empresas que adotem práticas de construção sustentável que incentivam a economia de recursos hídricos e energéticos, tais como a utilização de sistemas de captação de água da chuva e iluminação LED de baixo consumo. Esta ação tem como objetivo reduzir o impacto ambiental e promover a eficiência no uso dos recursos naturais.
- ✓ **Medida Mitigadora 4:** Desenvolvimento de um planejamento paisagístico que priorize a arborização e a criação de áreas verdes dentro do projeto da praça. Este planejamento ajudará a regular o microclima local, melhorando a qualidade do ar e proporcionando um ambiente mais saudável para a comunidade.

15. Declaração de Viabilidade (ou não) da Contratação

15.1. Diante do exposto descrito acima, entende que é VIÁVEL a contratação da solução demandada conforme as análises.

15.1.1. Justificativa da Viabilidade:

15.1.1.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no presente documento, isto é, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DE PRAÇA DO CRUZEIRO, PONTO TURÍSTICO E CANTEIRO, LOCALIZADO NA AVENIDA CHAGAS RODRIGUES (PI-228), NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS – PI, **incluso o fornecimento de material e mão de obra, em quantidades e especificações conforme detalhado em projeto, memorial descritivo e também conforme planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, modalidade de Concorrência, em sua forma eletrônica, critério de julgamento, menor preço, regime de**

empreitada por preço unitário, nas quantidades, condições e especificações contidas no projeto de engenharia - Anexo IV do Edital, mostra-se possível tecnicamente viável e fundamentadamente necessária.

15.2. Diante do exposto, evidencia-se a viabilidade econômica e técnica da contratação dos SERVIÇOS DE REFORMA DE PRAÇA DO CRUZEIRO, PONTO TURÍSTICO E CANTEIRO, LOCALIZADO NA AVENIDA CHAGAS RODRIGUES (PI-228), NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS – PI, Descritos anteriormente, consoante o [art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME](#). O projeto atenderá as expectativas de uma melhoria significativa da qualidade da comunidade educacional do município de Francisco Santos/PI.

16. Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação

16.1. Com base nos elementos anteriores do presente documento de estudos preliminares, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

() NÃO É VIÁVEL a presente contratação.

16.2. Justificava da Viabilidade.

16.3. A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

16.3.1. A presente contratação é viável, considerando que a contratação está prevista no Plano de Contratações Anual/2026, bem como o presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2020/SEGES/ME, Instrução Normativa nº 58/2022/SEGES/ME e legislação que trata da matéria. Os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis, devendo a área requisitante priorizar o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

16.4. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que:

(X) As informações contidas no presente Estudos Preliminar DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas nos presentes Estudos Preliminares ASSUMEM CARÁTER SIGILOSO, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527/2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

16.3. Portanto, o posicionamento final é favorável à contratação, recomendando-se a continuidade do processo licitatório para que a Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI proceda com a seleção da empresa apta a executar o projeto, cumprindo-se os requisitos legais e garantindo-se os benefícios esperados para a comunidade local.

17. Garantia de Execução

17.1 Após a Homologação o Contratado poderá ofertar garantia de execução em momento anterior ou posterior à assinatura do Contrato, a depender da modalidade de garantia eleita, conforme [art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

17.2. Em caso que o Contratado optar pela oferta de seguro-garantia, deverá fazê-lo previamente à assinatura do Contrato, em até 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação, conforme [art. 96, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

17.3. A garantia de execução será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme [art. 98, da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

18. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

18.1 Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (*inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021*), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável:

18.1.1 Com esta contratação pretende-se:

18.1.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

18.1.2. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

18.2. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Assim, pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis da contratação e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

19. Considerações Finais

19.1. Ao concluirmos o processo de elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para a ampliação, reforma e melhoramento, é imperativo ressaltar a importância desta etapa como base sólida para o sucesso do projeto. O ETP não apenas fornece uma visão abrangente das características técnicas e operacionais envolvidas, mas também serve como guia estratégico para a tomada de decisões fundamentais ao longo do ciclo do projeto.

19.2. Portanto, ao considerar este ETP como o alicerce do projeto de ampliação, reforma e melhoramento, acreditamos que estamos trilhando o caminho adequado para a criação de uma infraestrutura resiliente, eficiente e ecologicamente responsável. Com a implementação rigorosa das diretrizes delineadas neste estudo, temos a confiança de que a ampliação se converterá não apenas em um componente funcional, mas em um ativo sustentável para a comunidade, alinhando-se aos princípios de desenvolvimento urbano responsável e à promoção da qualidade de vida.

20. Indicação dos Gestores e Fiscais de Contratos:

21. **Autoridade imediata:** Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho.

21.1. **Gestor de Contrato:**

21.1.1. Titular: **Marinalva Ana de Jesus Carvalho**, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519.

21.1.2. Suplente: Ramon Carlos de Sousa, CPF nº 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula nº 000649.

21.2. **Fiscal do Contrato:**

21.2.1. Titular: designado o servidor **José de Ribamar Gonçalves de Macedo Júnior**, RN nº 190069671-1, CPF (MF) nº 353.897.533-72, e-mail: jrmacedo14@hotmail.com, 89 99929-7131.

21.2.2. Suplente: Graciene Maria Rodrigues Silva, CPF nº 010.161.573-63. E-mail: gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula nº 000162.

21. Responsável pela Elaboração do ETP

Nome: José de Ribamar Gonçalves de Macedo Júnior


Cargo: Engenheiro Civil

21.1. Este signatário, apresenta o presente estudo técnico preliminar, constando de 15 folhas digitadas de um só lado, sendo esta última datada e assinada digitalmente, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Francisco Santos – PI, 24 de abril de 2026.

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO

Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
903.938.723-00 – Matrícula: 000082



JOSÉ DE RIBAMAR GONÇALVES DE MACEDO JÚNIOR
CPF 353.897.533-72 – RN nº 190069671-1
Engenheiro Civil